

**Do reconhecimento à redistribuição de gêneros dissidentes
a partir da linguagem como poder**

*From recognition to the redistribution of dissident genders
from language as power*

Daniel ZACARIOTTI¹

Resumo

O presente artigo visa discorrer e apresentar as possibilidades inerentes à linguagem de deslocamento de poder, a partir das instâncias de luta por justiça social, em especial o espaço do reconhecimento e da redistribuição para sujeitos de gênero dissidente. Através do pensamento de Judith Butler, em relação aos poderes de definição da realidade presentes na linguagem, bem como da micropolítica de Deleuze e Guatarri e de Nancy Fraser para com as lutas sociais, visamos propor uma colocação da linguagem como instância primeira de demanda social, assim como proposto por Danillo Silva e Emily dos Santos. Assim, podemos delimitar um caminho possível de diligência frente às grandes instituições de controle e disciplina que, em uma lógica ocidental como a que este artigo foi produzido, decidem a quem cabe falar e ocupar espaços de poder.

Palavras-chave: Gênero. Linguagem. Poder. Reconhecimento. Redistribuição.

Abstract

This article aims to discuss and present the possibilities inherent to the language of power displacement from the instances of struggle for social justice, especially the space of recognition and redistribution for dissident gender subjects. Through the thought of Judith Butler in relation to the powers of reality definition present in language, the micropolitics of Deleuze and Guatarri and Nancy Fraser towards social struggles, we aim to propose a placement of language as the first instance of social demand, as well as proposed by Danillo Silva and Emily dos Santos. Thus, we can delimit a possible path of diligence vis-à-vis the great institutions of control and discipline that, in a Western logic like the one that this article was produced, decide who should speak and occupy spaces of power.

Keywords: Gender. Language. Power. Recognition. Redistribution.

¹ Mestrando em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). Membro do grupo de pesquisa Juvenália: questões estéticas, geracionais, raciais e de gênero na comunicação e no consumo. Bolsista CAPES. E-mail: danielzacariotti@gmail.com

Introdução

Os estudos de gênero, em especial ligados à Teoria Queer a partir do pensamento de Butler (2003) e de Louro (2008), mudaram as formas de construção de conhecimento a partir de sujeitos dissidentes de sexualidade e gênero. Muitos foram os esforços, no âmbito da antropologia, da sociologia, da política, da arte e da comunicação, empenhados visando pensar os fenômenos a partir destes sujeitos e subjetividades outros; porém, algumas tensões ainda devem ser criadas dentro dos espaços de poder vigentes para que haja uma próspera inserção destas pessoas e de seus discursos.

Sendo assim, a partir deste campo de estudo de gênero já estabelecido e em constante mutação, propomos entender a linguagem como uma instância de poder que pode gerar movimentos de reconhecimento e redistribuição para sujeitos de gêneros marginalizados. O caminho a ser aqui tomado será dividido em três etapas, sendo elas: uma contextualização dos poderes da linguagem sobre o corpo, o entendimento do reconhecimento e da redistribuição a partir da linguagem e a aproximação desta linguagem com sujeitos da pesquisa. Ao final, traremos possibilidades e proposições para o âmbito da linguagem.

A pesquisa se encaminha a partir do uso da Micropolítica, seguindo Deleuze e Guatarri (1996) e Rolnik (2018), para a criação de uma microcrítica sobre a linguagem; ou melhor, usando os ideais presentes na micropolítica de valorização da potência de vida, de observação dos escapes da comunidade e de aproximação para com o sujeito da pesquisa, propomos realizar esse posicionamento crítico da linguagem, partindo de suas circulações micropolíticas. Acreditamos que, como pede a presente pesquisa, este seja um posicionamento metodológico e epistemológico ético e justo para com os sujeitos.

Devemos, antes de tudo, entender estes gêneros outros como os que fogem da norma binária de masculino e feminino, como por exemplo: as travestis, os gêneros neutros, os gêneros fluidos e os *two spirit*, sendo eles não desejantes de um conformismo binário. Estes gêneros, em sua maioria², vivem à margem das instituições

² Nesta lista existem gêneros reconhecidos por sociedades ou países específicos, como por exemplo os Muxes no México, os Fa'afafines em Samoa e as Hijras na Índia.

e não são reconhecidos dentro de instâncias legais, culturais e sociais, não comungando com as instâncias de direito e poder democrático da mesma maneira que seus pares.

É importante ressaltarmos que estes gêneros não se formam de maneira linear e nem almejam uma estagnação; antes, são entendidos como processos de performance e construção de sentido, a partir das realidades e experiências de seus sujeitos e enfrentam uma visão muitas vezes preconceituosa e questionadora em relação à validade de suas subjetividades. Não devemos então nos exaurir em uma tentativa de adaptação destes sujeitos a partir das lógicas de gênero e sexo vigentes, mas, sim, realizar ações e ocupações para que seus gêneros ganhem reconhecimento e entrem em instâncias de redistribuição.

Tomaremos como frente desta pesquisa não apenas um ou outro gênero citado anteriormente, mas todo e qualquer gênero que fuja da lógica feminino ou masculino, podendo assim estar em um espectro entre o feminino e o masculino, ser tanto feminino quando masculino ou estar além de qualquer associação comumente ligada à feminilidade e a masculinidade normatizantes. Logo, nossa pesquisa não é focada em um sujeito único – ou exemplificável de maneira particular – estamos partindo de um questionamento que perpassa diversos grupos e subjetividades para entender melhor sua relação com a instância de poder aqui destacada, sendo que, mais a frente, entraremos em uma maior explanação destes sujeitos.

Linguagem, poder e dissidência

Nesta perspectiva, a partir deste entendimento da fluidez do sujeito/objeto desta pesquisa e da necessidade de reconhecimento destes gêneros dissidentes dentro do tecido social, propomos um caminho de ocupação a partir da valorização e resgate da linguagem como forma de poder.

Ora, se há um campo aberto ao ativismo e às reivindicações de condições de vida dignas para quaisquer grupos sociais precarizados, pelas razões aqui discutidas, é a linguagem a primeira arena na qual tais batalhas serão encampadas. (SILVA e SANTOS, 2019, p. 3639)

Destacamos a linguagem como a instância primeira de reivindicação pois, assim como apresentado por Silva e Santos na referência acima, a linguagem apresenta um

fator de abertura às demandas sociais. Dizemos isto a partir de uma breve exploração da linguagem como espaço histórico de construção de sentidos e realidades.

A palavra, instância primeira da linguagem, assim como dito por Gomes (2003), é algo criado a partir de um referencial presente no mundo social, tendo sido inventada tanto para isolar ações, sujeitos, objetos, fenômenos etc dentro de um grupo, quanto para designar novos elementos criados pelo tecido social, sendo estas palavras criadas dentro do âmbito da disciplina, ou seja, criadas para designar, categorizar e diferenciar o seu referencial. Para Gomes (2003), uma palavra recorta e opera sob o signo das disciplinas. Esta autora nos mostra, a partir de Foucault (1997), que este é o caso do nascimento, no século XIX, da palavra homossexual, “Foucault nos diz que anteriormente a esse evento havia a referência a um hábito cujo exercício definia o “reincidente”. Entretanto, com o surgimento dessa palavra delinea-se uma “espécie” (FOUCAULT, 1997 citado por GOMES, 2003).

Realmente, sem o discurso da verdade em torno da sexualidade, com a classificação das sexualidades periféricas e das perversões, seu poder de circunscrição seria impossível: sem um discurso disciplinar ela não opera”. Mas, uma vez instalada, ela funciona exatamente como um dispositivo disciplinar... (GOMES, 2003, p. 94)

Assim, a palavra é vista por Gomes como um dispositivo da disciplina e do controle, sendo muitas vezes repetida para ressaltar sua força e poder – algo semelhante ao pensamento de Steyerl (2014) em relação as imagens, ao definir o conceito de circulação³. Entendemos poder a partir de Foucault (2003) como algo que circula, que perpassa os indivíduos e onde podem existir deslocamentos – poderes momentaneamente sendo exercidos/transmitidos por uns e, em outros momentos, por outros. Sendo assim, este poder, dentro da instância da palavra, deve ser tencionado de maneira a chegar a sujeitos dissidentes e, por estes ser exercido em prol de suas lutas por justiça social.

Vemos que, a partir desta instância da linguagem e da palavra, podemos gerar novos espaços de realidade e legitimação, mais a frente, encarnados na instância do reconhecimento, além de demandar elementos de acesso e controle, desta vez mostrando o espaço da redistribuição. Pensamos então a palavra como um elo de

³ Conceito desenvolvido por Hito Steyerl que trabalha a noção de que quanto mais uma imagem circula no âmbito físico e digital, mais ela acumula poder.

construção de realidades possíveis, a partir do momento que algo possui uma palavra que o designa, este algo existe e é legitimado em primeira instância – a da validade – perante a sociedade e seus pares.

Que uma palavra não seja simples representação do real ou mero instrumento para pensar, tanto a linguística quanto a semiótica se encarregaram de demonstrá-lo, propondo-nos a noção de apresentação do real e de um pensar que se modela pelas palavras. Somos então confrontados com a operação de demarcação que as palavras operam, recorte a partir do qual um segmento se abre a construções imaginárias, a produções sociais, mecanismo de produção, sobretudo à possibilidade de disciplina e controle. (GOMES, 2003, p. 95)

Desta forma, a palavra opera em duas instâncias: a primeira sendo o espaço de legitimação de existências e a segunda a lógica da disciplina e do controle, como trazidos por Gomes. Apesar de reconhecermos a forte negativa do controle a partir da palavra, acreditamos que, ao tratarmos de sujeitos marginalizados ao ponto de sua subjetividade e seu gênero não sendo reconhecidos, a instância da existência prevalece frente a do controle. Existir é um caminho que leva não só ao espaço de ser categorizado, mas também à potência de ser aproximado de seus pares sociais, ganhando direitos, espaços de fala e legitimação de lutas e, acima de tudo, validade frente ao tecido social normatizado. Vemos então que, a partir da palavra e da linguagem, estes gêneros e sujeitos podem ser tidos como válidos dentro do âmbito da realidade – um ponto muito necessário ao focarmos em gêneros/vidas muitas vezes referenciados como imaginativos ou desnecessários.

A linguagem tem uma possibilidade dupla: pode ser usada para afirmar a universalidade verdadeira e inclusiva das pessoas, ou pode instituir uma hierarquia em que somente algumas pessoas são elegíveis para falar, e outras, em virtude de sua exclusão do ponto de vista universal, não podem “falar” sem desautorizar simultaneamente sua fala (BUTLER, 2003, p. 209)

Portanto, focamos aqui na ação de deslocamento dos poderes de acesso de legitimação através da linguagem e da palavra frente a uma hierarquização dos espaços sociais, políticos e culturais, discorrendo que, um sujeito que não existe, ou seja, não é referenciado a partir de uma palavra, não pode ocupar espaços dentro da sociedade e, conseqüentemente, não pode falar – transpondo brevemente o pensamento de Spivak (2010) em relação à situação das mulheres na Índia.

A linguagem deve ser ainda pensada em sua instância performativa, sendo assim, nos usos da linguagem – em especial na fala e na escrita – existe uma colocação de sujeitos e realidades a partir da nomeação, visto que a nomeação exerce uma ação sobre aquele a qual se refere. Devemos pensar que, dentro da esfera da linguagem, está presente sempre um caráter performativo e não uma diferenciação primeira entre enunciados constativos e enunciados performativos, como apresentado por Silva e Santos (2019).

Assim, afirmar o caráter performativo da linguagem implica dizer que todo uso da linguagem faz, realiza, produz as realidades as quais enuncia. Dessa visada, construtos tomados como dados, naturais, essenciais e estáveis passam agora ao campo das contingências, por isso, passíveis de serem questionados, sobretudo acerca de seu processo de produção mediante a ação de tal performatividade e dos efeitos de uma “metafísica substância” da qual gozam, como se refere Butler (2003, p. 42), também em função da referida propriedade da linguagem. (SILVA e SANTOS, 2019, p. 3631)

A partir deste deslocamento, fugimos da visão da linguagem como instrumento estático e cristalizado, o qual seria utilizado apenas para referenciar e diferenciar objetos ou sujeitos do mundo material e imaterial: a linguagem (significante) é entendida como um ato de performance, uma vez que potencializa a validação daquele ao qual se refere (significado). Ao associarmos a linguagem e a palavra ao conceito de performance ressaltamos, mais uma vez, o sujeito enquanto centro, enquanto produtor dessa performance; logo, um sujeito pré-determinado – em sua maioria, aquele que detêm o espaço de poder – possui a diligência de referenciar ou apagar determinada subjetividade ou experiência social. Podemos ainda ressaltar que este sujeito que faz a ação da linguagem – fala, escrita, etc – pode ser, e muitas vezes é, inserido e representado por um contexto de instituição – igreja, universidade, escola etc em uma lógica foucaultiana.

Neste sentido, a linguagem e seu poder de delimitação da realidade são formados a partir de movimentos institucionais – pensando a mídia como uma destas instituições – liderados por sujeitos detentores do privilégio branco/cisgênero/heterossexual/rico etc.

Os caminhos da legitimação a partir da linguagem

A partir deste entendimento da linguagem e da palavra enquanto instrumentos de legitimação de existências, deslocamento de instâncias de poder e possibilidades de valorização de sujeitos, devemos entender quais as potências suscitadas por este ato performativo da linguagem dentro do espaço de lutas por justiça social voltada a grupos dissidentes.

Fraser (2007) nos mostra que, atualmente, as lutas por justiça social estão centradas em dois grandes grupos de disputa; aqueles que lutam pelo reconhecimento de suas – ou de outros grupos – subjetividades e individualidades e aqueles que reivindicam um movimento de redistribuição material para favorecer aqueles deixados à margem do capital e do poder.

Os reivindicantes da redistribuição devem mostrar que os arranjos econômicos existentes lhes negam as necessárias condições objetivas para a paridade participativa. Os reivindicantes do reconhecimento devem mostrar que os padrões institucionalizados de valoração cultural lhes negam as condições intersubjetivas necessárias. Em ambos os casos, portanto, a norma da paridade participativa é o padrão para justificar a reivindicação. (FRASER, 2007, p. 125)

Desta forma, vemos dois polos de reivindicação que, assim como mostrado por Fraser, focam suas lutas no plano de uma luta por igualdade de participação do sujeito marginal frente a seus pares – seja essa participação enquanto ator social-cultural, seja enquanto ator econômico. Porém, dentro das lutas por reconhecimento e por redistribuição, os caminhos de atuação são muitas vezes contraditórios e, mesmo que não de maneira intencional, acabam anulando a perspectiva de objeção do outro.

O resultado é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter com frequência objetivos mutuamente contraditórios. Enquanto a primeira tende a promover a diferenciação do grupo, a segunda tende a desestabilizá-la. Desse modo, os dois tipos de luta estão em tensão; um pode interferir no outro, ou mesmo agir contra o outro. (FRASER, 2006, p. 233)

Como apresentado inicialmente por Fraser (2006), o caminho do reconhecimento seria sempre diferente do caminho da redistribuição – pensando que cada um destes caminhos teria um objetivo, um sujeito e um método de reivindicação

antagônico. Isto posto, qual seria o problema de tomar um dos caminhos - aquele que melhor se adequasse à sua reivindicação, e por ele seguir seu embasamento de luta frente ao estado hegemônico?

A resposta está justamente naquele que se beneficia tanto das lutas por reconhecimento quanto das lutas por redistribuição: o sujeito. A partir do momento que tomamos o sujeito como um ser que necessita apenas de reconhecimento, o colocamos como um ser autossuficiente – em termos materiais – e que poderia viver alheio às instituições de capital e mercado, sendo um sujeito reconhecido e valorizado, porém, sem a menor condição de sobrevivência em uma sociedade guiada pelo capital. Quando enquadramos um sujeito apenas a partir da lógica da redistribuição, mostramos um sujeito que teria acesso a um capital e uma fonte de subsistência, sem, entretanto, haver uma igualdade cultural e social frente a seus pares, sendo um sujeito produtor e operante na lógica de mercado, porém, completamente alheio aos afetos e as trocas de experiências particulares de sua subjetividade.

Em sendo assim, o projeto das lutas por justiça social deve ser pensado de maneira escalonada e considerar as múltiplas esferas presentes em um indivíduo – social, cultural, econômica, psicológica etc. Tal projeto deve considerar um indivíduo completamente interseccional, seja por sua presença frente ao mundo, como por exemplo, travestis (subjetividade inserida comumente na esfera do reconhecimento, através da perspectiva de gênero), pobres (fator social associado às demandas de redistribuição a partir do marcador de classe), seja por um fator único que demande as duas esferas de justiça. Acreditamos que, apesar de tentarmos resgatar essa diferenciação muitas vezes associada a sujeitos que demandariam reconhecimento e outros que demandariam redistribuição, assim como trazido por Fraser (2007), essa diferenciação seja, em sua maioria, falha. Todos os sujeitos marginalizados possuem uma demanda inata de reivindicação que só seria sanada através de uma luta que considere reconhecimento e redistribuição como instâncias inarredáveis.

Adiante apresentamos caminhos e possibilidades de intersecção destas instâncias, tanto do reconhecimento quanto da redistribuição, a partir da linguagem e da palavra como esferas de poder para uma luta por justiça social no âmbito das dissidências de gênero – focando especialmente em gêneros que fogem da lógica binária e dicotomizada das tradicionais instituições de poder ocidentais. Antes, porém, fazemos uma breve colocação dos gêneros aos quais nos referimos acima.

Os outros gêneros

Dissidência de gênero é um assunto que vem sendo tratado fortemente após a ascensão da Teoria Queer, enquanto possibilidade de pensamento frente aos estudos gays e lésbicos e os feminismos tradicionais⁴; porém, essa dissidência é muitas vezes referenciada apenas em estudos que englobam sujeitos que transitam ou transitaram entre um gênero feminino e um gênero masculino, como por exemplo: mulheres trans ou homens trans⁵, sujeitos que saíram de um espaço de imposição de um gênero e foram ao espaço de outro, não estando localizados entre ou além do feminino e do masculino.

Nossa proposta aqui é pensar sujeitos que estão neste entre ou neste além, sujeitos que divergem de um imaginário relacionado ao masculino ou ao feminino e que se identificam como algo não presente nestes gêneros. Podemos levantar como exemplo as Travestis, as Fa'fafines, as/os Muxes, as/os Mahu, os Two-Spirit, os não binários, os agêneros, os bigêneros, os pangêneros, os gêneros fluidos, neutros, não conformistas e variantes.

Vemos que a lista pode se estender e os espaços de nomenclatura podem se confundir, porém, ao examinarmos de perto, percebemos que cada um destes sujeitos possui experiências e percepções de mundo particulares, reclamando uma nomeação específica. A partir disso, apesar de não ser este o escopo do presente artigo e não ser a proposta de uma longa aproximação das especificidades de cada um desses sujeitos, deixamos o convite para que o leitor explore este mundo dos outros gêneros não institucionalizados, participantes de culturas específicas e, acima de tudo, carregados de necessidade de valorização, poder e participação.

Ao nos depararmos com essa vasta lista de sujeitos que se enquadram no objeto deste artigo, a problemática aqui levantada se torna clara: quantos desses sujeitos são de fato reconhecidos pelas instituições em suas particularidades e reivindicações? Quais destes sujeitos ocupam os espaços de poder e como ocupam? Como fazer para que a sociedade conheça a demanda destes grupos e, assim, os reconheça enquanto sujeitos participantes do tecido social?

⁴ Feminismos de primeira e segunda onda, pré consolidação do feminismo negro, do feminismo trans, do feminismo decolonial e outros.

⁵ Ressaltando que existem mulheres e homens trans que fogem do espectro binário do gênero, ou seja, não estão presentes neste exemplo.

A resposta para parte destas perguntas é a proposta deste artigo: usar a linguagem como arma primeira de reivindicação de justiça social e como espaço de legitimação de existência.

Uma questão pode surgir a partir desta múltipla necessidade de nomeação criada por estes corpos dissidentes: a pulverização não poderia ocasionar um enfraquecimento da luta por justiça social? Acreditamos que seja necessário, como dito por Safatle (2008), abandonar uma crença relativa à universalidade do subalterno/marginalizado. O movimento deve ser de reconhecimento dessas multiplicidades dentro do tecido social, já que, quando não existe um movimento de valorização igualitária das subjetividades, o sujeito marginal não é de fato trazido ao centro, ou seja: quando não reconhecemos sua particularidade não podemos legitimá-lo de maneira eficaz. Entendemos que possa existir uma pulverização, porém, os sujeitos que lutam por um caminho de reivindicação comum – neste caso, reivindicação de seus gêneros – geram um estrondo uníssono frente às normativas.

Partindo destas contextualizações e apresentações de possíveis sujeitos para esta pesquisa, trazemos duas últimas colocações que evidenciam, perpassam e delimitam o caminho possível da linguagem ao reconhecimento e à redistribuição, sendo eles a história e o corpo.

Primeiramente resgatamos o corpo como instância primeira desta pesquisa, visto que estamos falando de sujeitos vivos e não de objetos estáticos ou que estão marcados em um imaginário social coletivo. O corpo destes sujeitos é, ousamos dizer que sempre, marcado por afastamentos e desvalorizações, seja na instância da negação ou do esquecimento; portanto, trazemos esse estudo da linguagem para uma formação e delimitação destes corpos possíveis. Butler (2003) nos diz que o poder da linguagem de atuar sobre os corpos pode ser tanto uma causa de opressão como uma possibilidade de quebra desta, ou seja, a linguagem pode ter uma afetação da instância do real de forma polarizada – a linguagem não é dada ou estática. A linguagem é um espaço de alternância de poder, através da repetição – atores elocutivos de acordo com Butler (2003) – ela transfere poder a práticas até que se tornem instituições.

Posto isso, ressaltamos mais uma vez que o caráter performativo de enunciação de palavras e linguagens se torna potência de verdade na mão dos que possuem a energia institucional – a linguagem marca a existência deste corpo. E ainda, se a

dominação se dirige aos corpos, também deles partem as resistências – como dito por Rocha (2019).

O uso da linguagem deve ser concebido de forma associada ao corpo. Podemos dizer, por fim, que somos produtos da performatização de repetidas performances que executamos dentro dos rígidos quadros de poder nos quais estamos inseridos. É por intermédio da linguagem que fazemos, que produzimos, que existimos. Corpo e identidade se constroem por meio da linguagem e se particularizam através das inscrições discursivas contingenciais e situadas que lhe são atribuídas. (SILVA e SANTOS, 2019. p. 3634)

Após entendermos a presença deste corpo e das inscrições geradas sobre ele a partir da linguagem, devemos fazer uma breve colocação da existência enquanto marcação da história, que sujeitos que não ocupam o espaço da linguagem não existem e, conseqüentemente, não marcam a história. Mombaça (2015) levanta uma questão essencial a este estudo: o que acontece quando o subalterno não fala? A resposta para esta pergunta pode ser ilustrada por um dos campos mais antigos do conhecimento humano: a história.

Quando fazemos uma breve sondagem, mesmo de maneira branda ou focando apenas no conhecimento comum, vemos alguns fatos que marcam o conhecimento de quase todos os sujeitos, sejam eles eventos históricos como revoluções, guerras ou descobertas ou ainda mudanças de paradigmas, como o entendimento da gravidade ou do formato do planeta terra. Porém, algo não está certo nesse traçado tão bem delimitado da história, em especial da história ocidental. Os subalternos não existem. Isso quer dizer que gêneros divergentes – focando no subalterno aqui trazido ao protagonismo – só surgiram a partir dos séculos XIX e XX? Se pensamos na definição do que é entendido como gênero na atualidade podemos dizer que sim, afinal a divergência de gênero só começou a existir no momento em que se entendeu o que era um gênero. Porém, se pensamos, assim como aqui proposto, na existência de sujeitos que divergem dos papéis associados a um ou outro sujeito social, a resposta é sem dúvidas negativa. Então, onde estão estes outros sujeitos de gêneros divergentes no caminho da história?

Assim, como mostra Mombaça (2015),

É fato que este silenciamento das vozes e gestos subalternos tem sido, em grande medida, o responsável pela construção de versões

transparentes de fator históricos ligados aos sujeitos geográfica, racial e sexualmente não hegemônicos (MOMBAÇA, 2015, p.8)

Vemos assim que, por sua falta de controle de poder, estes sujeitos foram apagados da história. Neste ponto chegamos a uma primeira conclusão deste estudo: o marginalizado sempre existiu. O momento é de dar voz a esses sujeitos, de parar de negar essa existência e esse apagamento histórico, de suspender as vozes que sempre determinaram aquele que pode ser considerado um sujeito e, assim, ressaltar a história daquele que foi negado e escondido, ou seja, de gerar um olhar micropolítico sobre as potências de vida desses sujeitos.

Deste modo, o deslocamento primeiro causado a partir da inclusão usando a linguagem, ou seja, a nomeação e aceitação das particularidades e demandas de cada um desses grupos, poderá criar um caminho rumo a uma nova gramática que possa acolher desejos e anseios outros, como traz Pereira (2012). Ou seja, o caminho é entender o reconhecimento como uma questão de justiça, sendo assim, uma instância primeira frente aos desnivelamentos sociais, e, a partir dele, adicionar a redistribuição como parte irredutível da justiça social.

Não há nenhuma necessidade de apresentar uma escolha entre a política da redistribuição e a política do reconhecimento. É possível, ao contrário, construir um modelo abrangente em que se pode acomodar ambos. Primeiro, deve-se construir o reconhecimento como uma questão de justiça, em oposição à “boa vida”. Isso, por sua vez, requer a substituição do modelo padrão de reconhecimento da identidade pelo modelo alternativo, o modelo de status, esboçado aqui. Em seguida, deve-se ampliar o conceito de justiça para incluir distribuição e reconhecimento como duas dimensões mutuamente irredutíveis. Isso envolve colocar ambas as dimensões sob a norma deontológica da paridade participativa. Finalmente, depois de reconhecer que a justiça pode, em alguns casos, exigir o reconhecimento das particularidades acima e além da humanidade comum, deve-se submeter as reivindicações por reconhecimento ao padrão de justificação da paridade participativa. Isso, como vimos, significa escrutinar os padrões institucionalizados de valoração cultural, e propostas para alterá-los, por seu impacto na interação social – ambos ao longo e dentro de grupos sociais. (FRASER, 2007, p. 136)

O caminho não está ligado a uma escolha unilateral de uma frente para as demandas por justiça social e sim, entender a necessidade deontológica – como diz Fraser (2007) – de ambas as reivindicações se fazerem em todos os movimentos dos subalternos e dos aliados. Ao usarmos a instância do reconhecimento para trazer a

validade e a importância imanente destes sujeitos, acabamos gerando um movimento de demanda por redistribuição econômica. Só a partir destes dois polos de poder questionadores tomados dentro da linguagem, as resistências, como entendidas por Foucault (1997), poderiam fazer o movimento tanto de questionamento de suas representações frente à sociedade quanto a ação do interlocutor irreduzível frente ao monopólio do poder.

Considerações finais

Sendo assim, a linguagem é um espaço de agência, como visto em Butler (2018), ou seja, um espaço de questionamento, resistência e ação política visando uma inclusão nos círculos de poder social e político – espaço esse criado a partir do desejo e reconhecimento e redistribuição dos sujeitos. E ainda, a única maneira de criar um entendimento horizontal desta linguagem é partindo do entendimento de suas micro potências, assim sendo, o desviante, o escondido, aquilo que é constantemente apagado e raramente debatido.

Por fim, ressaltamos o caráter de possibilidades do presente estudo. Entendemos esta como uma possível aproximação do espaço da linguagem como instância primeira de reivindicação, voltada à necessidade de existência de gêneros possíveis frente às normativas do poder e ainda esperamos que funcione como uma abertura de olhares sobre novas possibilidades de resistência e ocupação para sujeitos marginalizados – considerando sua voz e sua presença imprescindível, inapagável e revolucionária. Ou seja, um primeiro passo para a criação de novos mundos possíveis.

Referências

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v.3.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 2003.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007

GOMES, Mayra Rodrigues. **Palavra de ordem / dispositivo disciplinar**. Galáxia, São Paulo, n. 5, p. 91-108, abr. 2003

HITO Steyerl: **Circulacionismo**. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma, 2014. Catálogo de exposição realizada no Museo Universitario Arte Contemporáneo, na Cidade do México, de 27/07/2014 a 1/03/2015. 2014

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar?** 2015. Disponível em <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso: 23.04.2020

PEREIRA, Pedro Paulo. **Queer nos trópicos**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.2, jul-dez 2012, p. 371 -394.

ROCHA, Rose de Melo. **Críticas do audiovisual: incerteza e indeterminação como perspectivas de análise de produtos audiovisuais da cultura pop: incerteza e indeterminação como perspectivas de análise de produtos audiovisuais da cultura pop**. Rumores, São Paulo, v. 13, n. 25, jan. 2019.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 208 p.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008

SILVA, Danillo da Conceição Pereira Silva e DOS SANTOS, Emily Silva. **Performances discursivas de uma “bixa travesti”**: sobre corpo, gênero e identidade em Linn da Quebrada. Fórum linguistic., Florianópolis, v.16, n.2, p.3627-3641, abr./jun. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZACARIOTTI, Daniel. **Trans-formação: o corpo como local de proposição de uma estética política na publicidade**. 2018. 130 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.